

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - EVENTO INTERNACIONAL
GRANDE PRÉMIO DE PORTUGAL, PORTIMÃO, 22 A 24 DE ABRIL DE 2022

Entre:

A **FEDERAÇÃO DE MOTOCICLISMO DE PORTUGAL (FMP)** pessoa coletiva de direito privado, titular do estatuto de utilidade pública desportiva, concedido através do despacho nº 38/94, de 30 de agosto, publicado na 2ª série do Diário da República nº 209, de 09 de setembro, com sede no Largo Vitorino Damásio n.º3C – Pavilhão 1, 1200-872 Lisboa, NIPC 502802081, aqui representada por Manuel José Teixeira Simões Antunes Marinheiro, na qualidade de Presidente, adianta designada como **1ª OUTORGANTE**.

E

O **AUTÓDROMO INTERNACIONAL DO ALGARVE MOTO CLUBE (AIA MOTOR CLUBE)** com sede no Autódromo Internacional do Algarve, Sítio do Escampadinho, Mexilhoeira Grande, 8500-148 Portimão, aqui representado por Paulo Luís do Carmo Pinheiro, na qualidade de Presidente, adiante designado por **2ª OUTORGANTE**.

Considerando que:

1. A **1ª OUTORGANTE** e o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ) celebraram em 16 de novembro de 2022 o contrato-programa de desenvolvimento desportivo nº CP/148/DDF/2022.
2. O referido contrato tem por objeto a concessão de uma participação financeira destinada à organização do Evento Desportivo Internacional designado Grande Prémio de Portugal MOTOGP, em Portimão, nos dias 22 a 24 de abril. doravante designado por Evento Desportivo.
2. O Evento Desportivo é organizado pelo **2ª OUTORGANTE**, mantendo a **1ª OUTORGANTE**, enquanto Federação Desportiva com égide sobre a competição motociclística em Portugal, o poder de fiscalização e supervisão do Evento Desportivo.
3. A disponibilização da verba financeira por parte da **1ª OUTORGANTE** ao **2ª OUTORGANTE** estará sempre condicionada não só ao cumprimento, por parte desta, das suas obrigações, mas também e principalmente, do efetivo pagamento à **1ª OUTORGANTE**, por parte do IPDJ.

É celebrado o presente contrato, que se rege pelas cláusulas seguintes e respetivos anexos:

CLÁUSULA 1ª

Objeto do contrato

Constitui objeto do presente contrato a formalização dos termos e condições a observar na disponibilização ao 2º OUTORGANTE, da comparticipação financeira a atribuir pelo IPDJ à 1ª OUTORGANTE para realização do Evento Desportivo prevista no contrato-programa referido no considerando 1, que se anexa ao presente contrato (Anexo 1) e do qual faz parte integrante.

CLÁUSULA 2ª

Disponibilização Financeira

1. Para a organização do Evento Desportivo referido na Cláusula supra será disponibilizada ao 2º OUTORGANTE, uma comparticipação financeira até ao valor máximo de 130.000,00 Euros (cento e trinta mil euros), podendo o valor sofrer uma depreciação nos termos ponto 2 da cláusula 3ª do referido anexo.
2. O valor final do apoio será determinado nos termos do nº 2 da Cláusula 3ª do Contrato-Programa celebrado entre a 1ª OUTORGANTE e o IPDJ, anexo a este contrato, contrato do qual o 2º OUTORGANTE declara ter prévio e perfeito conhecimento.
3. A comparticipação financeira referida no n.º 1 será disponibilizada ao 2º OUTORGANTE nos seguintes termos, mas sempre condicionada ao prévio pagamento por parte do IPDJ.
 - a) 50% da comparticipação financeira até 15 (quinze) após a entrada em vigor do respetivo contrato-programa, correspondente a 65.000,00 Euros;
 - b) 50% da comparticipação financeira, correspondente a 65.000,00 Euros, em 2022, no prazo de 30 (trinta) dias após a apresentação do relatório final sobre a execução técnica e financeira, em modelo próprio definido pelo IPDJ, acompanhado do balancete analítico do centro de custos antes do apuramento de resultados, do registo contabilístico das receitas referentes ao Evento Desportivo e obtida a respetiva validação positiva por parte do IPDJ.
4. Os montantes referidos no presente contrato só serão devidos na medida em que os mesmos sejam pagos pelo IPDJ à 1ª OUTORGANTE.

CLÁUSULA 3ª

Obrigações do 2º OUTORGANTE

São obrigações do 2º OUTORGANTE:

- a) Realizar o evento a que se reporta o presente contrato, nos termos constantes da proposta apresentada pela 1ª OUTORGANTE e de forma a atingir os objetivos nela expressos;

- b) Prestar todas as informações bem como apresentar comprovativos da efetiva realização da despesa acerca da realização deste evento desportivo, sempre que solicitados pelo 1º OUTORGANTE;
- c) De acordo com o estabelecido no n.º 2, artigo 20º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, organizar a sua contabilidade por centros de custo próprios e exclusivos com reconhecimento claro dos custos incorridos e a identificação das receitas;
- d) Entregar, até 60 (sessenta) dias após a conclusão do Evento Desportivo, o relatório final sobre a execução técnica e financeira, em modelo próprio definido pelo IPDJ, acompanhado do balancete analítico do centro de custos antes do apuramento de resultados, previsto na alínea c), e do registo contabilístico das receitas referentes ao programa desportivo em anexo;
- e) Facultar à 1ª OUTORGANTE ou a entidade credenciada a indicar por aquele, sempre que solicitado, na sua sede social, o mapa de execução orçamental, o balancete analítico do centro de resultados antes do apuramento de resultados relativos à realização do Evento Desportivo e, para efeitos de validação técnico-financeira, os documentos de despesa, legal e fiscalmente aceites, em nome do 2º OUTORGANTE ou de seu associado, nos termos da alínea g) da presente Cláusula, que comprovem as despesas relativas à realização do Evento Desportivo apresentado e objeto do presente contrato;
- f) Publicitar, em todos os meios de promoção e divulgação do programa desportivo, o apoio do IPDJ e da 1ª OUTORGANTE conforme regras fixadas no manual de normas gráficas;
- g) Facultar ao IPDJ e à 1ª OUTORGANTE, sempre que solicitado, a acreditação necessária aos elementos definidos por aquele, para que estes possam, no decorrer do Evento, assistir à sua realização e acompanhar a execução o programa desportivo apresentado e objeto do presente contrato;
- h) São ainda obrigações do 2º OUTORGANTE aquelas que resultam do contrato Anexo 1, referentes à organização do Evento.
- i) Liquidar a quantia de 13.000,00 € referente à taxa de prova da Federação Internacional de Motociclismo (FIM) e a quantia de 13.000,00 € referente à taxa de prova da Federação de Motociclismo de Portugal (FMP).

CLÁUSULA 4ª

Incumprimento das obrigações do 2º OUTORGANTE

1. Sem prejuízo do disposto nas cláusulas 8.ª e 9.ª do Anexo 1, há lugar à suspensão das participações financeiras por parte da 1ª OUTORGANTE quando o 2º OUTORGANTE não cumpra:
 - a) As obrigações referidas na cláusula 3ª do presente contrato-programa;
 - b) As obrigações contratuais constantes noutros contratos-programa celebrados com a 1ª OUTORGANTE;
 - c) Qualquer obrigação decorrente das normas legais em vigor.
2. O incumprimento culposo do disposto nas alíneas a), b), d), e) e/ou g) da cláusula 3ª, concede à 1ª OUTORGANTE, o direito de resolução do presente contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Evento Desportivo objeto deste contrato.
3. Caso as participações financeiras concedidas pela 1ª OUTORGANTE não tenham sido aplicadas na competente realização do Evento Desportivo, o 2º OUTORGANTE obriga-se a restituir à 1ª OUTORGANTE os montantes não aplicados e já recebidos.
4. As participações financeiras concedidas ao 2º OUTORGANTE pela 1ª OUTORGANTE ao abrigo de outros contratos-programa celebrados em 2021 ou em anos anteriores, que não tenham sido total ou parcialmente aplicadas na execução dos respetivos Programas de Atividades, são por esta restituídas à 1ª OUTORGANTE podendo o IPDJ, no âmbito do presente contrato-programa, acionar o disposto no n.º 2 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

CLÁUSULA 5ª

Revisão do Contrato

O presente contrato será revisto ou modificado nos exatos termos em que seja o contrato-programa celebrado entre a 1ª OUTORGANTE e o IPDJ, em anexo a este contrato.

CLÁUSULA 6ª

Inspeção e Fiscalização da Execução do Contrato

O 2º OUTORGANTE aceita a fiscalização da execução do presente contrato pela 1ª OUTORGANTE ou entidade indicada por esta, através de inspeções, inquéritos, sindicâncias ou auditorias, nos termos da Cláusula 7ª do contrato-programa anexo a este contrato.

Cláusula 7ª

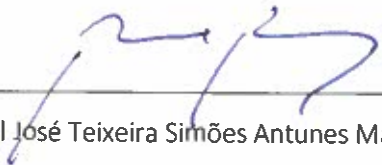
Disposições transitórias



1. Em tudo o que não estiver expressamente regulado no presente Contrato, vigorarão as regras gerais aplicáveis a este tipo de contrato, bem como, o contrato-programa celebrado entre a 1ª OUTORGANTE e o IPDJ, em anexo a este Contrato.
2. Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são submetidos a arbitragem nos termos da lei.
3. Da decisão cabe recuso nos termos da lei.

Assinado em Lisboa, 21 de novembro de 2022 em dois exemplares de igual valor.

O Presidente da Federação de Motociclismo de Portugal



Manuel José Teixeira Simões Antunes Marinheiro

O Presidente do AIA Motor Clube



Paulo Luís do Carmo Pinheiro



Educação
Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.
Federação de Motociclismo de Portugal

Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo N.º CP/148/DDF/2022
Eventos Desportivos Internacionais
Grande Prémio de Portugal MOTOGP

Entre:

1. O INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE, I. P., pessoa coletiva de direito público, com sede na Rua Rodrigo da Fonseca, n.º 55, 1250-190 Lisboa, NIPC 510089224, aqui representado por Vitor Pataco, na qualidade de Presidente do Conselho Diretivo, adiante designado como **1.º OUTORGANTE**;

e

2. A FEDERAÇÃO DE MOTOCICLISMO DE PORTUGAL, pessoa coletiva de direito privado, titular do estatuto de utilidade pública desportiva, concedido através de Despacho n.º 38/94, de 30 de agosto, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 209, de 9 de setembro, com sede na(o) Largo Vitorino Damásio 3 C - Pavilhão 1, 1200-872 LISBOA, NIPC 502802081, aqui representada por Manuel José Teixeira Simões Antunes Marinheiro, na qualidade de Presidente, adiante designada por **2.º OUTORGANTE**.

Nos termos dos artigos 7.º, 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro - Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto - e do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março - Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo - em conjugação com o disposto nos artigos 4.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 98/2011, de 21 de setembro, é celebrado um contrato-programa de desenvolvimento desportivo que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.ª

Objeto do contrato

Constitui objeto do presente contrato a concessão de uma comparticipação financeira à organização pelo **2.º OUTORGANTE** do **Evento Desportivo Internacional** designado Grande Prémio de Portugal MOTOGP, em Portimão, nos dias 22 a 24 de abril de 2022, conforme proposta apresentada ao **1.º OUTORGANTE** constante do Anexo II a este contrato-programa, o qual faz parte integrante do mesmo, publicitado nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

CLÁUSULA 2.ª

Execução do programa

O período de execução do programa objeto de comparticipação financeira ao abrigo do presente contrato-programa tem início a 1 de janeiro de 2022 e termina em 31 de dezembro de 2022.

CLÁUSULA 3.ª

Comparticipação financeira

1. Para a organização do Evento Desportivo referido na cláusula 1.ª supra, constante da proposta apresentada pelo **2.º OUTORGANTE**, é concedida a este pelo **1.º OUTORGANTE** uma comparticipação financeira até ao valor máximo de **130.000,00 €**.

2. O valor final do apoio é determinado após análise do relatório final indicado na alínea d) da cláusula 5.ª considerando as seguintes disposições:

a) No caso de imputação de despesas comuns a outros programas, o máximo elegível resulta da proporção entre o orçamento total do evento e o orçamento global do **2.º OUTORGANTE** para o ano corrente;

b) Na eventualidade do evento ser consubstanciado por associado(s) do **2.º OUTORGANTE** só são consideradas elegíveis as despesas daquele(s) associado(s) realizadas diretamente com a organização do evento;

c) Não são elegíveis as despesas resultantes de pagamento de vencimentos e remunerações aos elementos dos órgãos sociais;

d) O valor final do apoio não pode ultrapassar 28,50% das despesas efetivas e elegíveis com a organização do evento;

e) Esta percentagem inclui uma valorização na análise do evento de 6,50% decorrente dos indicadores abaixo:

i. N.º de praticantes.....80 (0,50%)

ii. N.º de países.....30 (2,50%)

iii. Participação de praticantes de alto nível.....(2,50%)

• Medalhado em Jogos Olímpicos e/ou campeonatos do mundo de absolutos.....Sim

• Número de praticantes de alto nível.....5

iv. Participação feminina Sim (1,00%)

f) A percentagem indicada na alínea e) pode ser revista, de acordo com a tabela inserta no anexo I;

g) No caso de incumprimento da alínea f), da cláusula 5.ª, o valor do apoio apurado nos termos das alíneas anteriores é depreciado em 2,5%.

3. O montante indicado no n.º 1 provém do orçamento de receitas próprias e está inscrito na rubrica de despesa orçamental 04 07 01 - Transferências correntes - Instituições sem fins lucrativos.

CLÁUSULA 4.ª

Disponibilização da comparticipação financeira

A comparticipação referida no n.º 1. da cláusula 3.ª é disponibilizada nos seguintes termos:

a) 50% da comparticipação financeira até 30 (trinta) dias antes da data de realização do evento desportivo, correspondente a **65.000,00 €**;

b) 50% da comparticipação financeira, correspondente a **65.000,00 €**, em 2022, no prazo de 30 (trinta) dias após o cumprimento do disposto na alínea d) da cláusula 5.ª infra e obtida a respetiva validação positiva por parte do **1.º OUTORGANTE**.

CLÁUSULA 5.ª

Obrigações do 2.º OUTORGANTE

São obrigações do 2.º OUTORGANTE:

- a) Realizar o evento a que se reporta o presente contrato, nos termos constantes da proposta apresentada ao 1.º OUTORGANTE e de forma a atingir os objetivos nela expressos;
- b) Prestar todas as informações bem como apresentar comprovativos da efetiva realização da despesa acerca da execução deste contrato-programa, sempre que solicitados pelo 1.º OUTORGANTE;
- c) De acordo com o estabelecido no n.º 2, artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, organizar a sua contabilidade por centros de custo próprios e exclusivos com reconhecimento claro dos custos incorridos e a identificação de receitas;
- d) Apresentar, em formulário próprio, na plataforma eletrónica disponibilizada pelo 1.º OUTORGANTE, até 60 (sessenta) dias após a conclusão do Evento Desportivo, o relatório final sobre a execução técnica e financeira, acompanhado do balancete analítico do centro de custos, antes do apuramento de resultados, previsto na alínea c), e do registo contabilístico das receitas referentes ao programa desportivo em anexo;
- e) Facultar ao 1.º OUTORGANTE ou a entidade credenciada a indicar por aquele, sempre que solicitado, na sua sede social, o mapa de execução orçamental, o balancete analítico do centro de custos antes do apuramento de resultados relativos à realização do Evento Desportivo e, para efeitos de validação técnico-financeira, os documentos de despesa, legal e fiscalmente aceites, em nome do 2.º OUTORGANTE ou de seu associado, nos termos da alínea h) da presente cláusula, que comprovem as despesas relativas à realização do Evento Desportivo apresentado e objeto do presente contrato;
- f) Publicitar, nos meios de promoção e divulgação do programa desportivo, o apoio do 1.º OUTORGANTE conforme regras fixadas no manual de normas gráficas;
- g) Facultar ao 1.º OUTORGANTE, sempre que solicitado, a acreditação necessária aos elementos definidos por aquele, para que estes possam, no decorrer do Evento, assistir à sua realização e acompanhar a execução o programa desportivo apresentado e objeto do presente contrato;
- h) Celebrar e publicitar integralmente na respetiva página da Internet, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, os contratos-programa referentes a apoios e participações financeiras atribuídas aos clubes, associações regionais ou distritais ou ligas profissionais, nela filiados.

CLÁUSULA 6.ª

Incumprimento das obrigações do 2.º OUTORGANTE

1. Sem prejuízo do disposto nas cláusulas 8.ª e 9.ª, há lugar à suspensão das participações financeiras por parte do 1.º OUTORGANTE quando o 2.º OUTORGANTE não cumpre:
 - a) As obrigações referidas na cláusula 5.ª do presente contrato-programa;
 - b) As obrigações contratuais constantes noutros contratos-programa celebrados com o 1.º OUTORGANTE;
 - c) Qualquer obrigação decorrente das normas legais em vigor.

2. O incumprimento culposo do disposto nas alíneas a), b), d), e) e/ou g) da cláusula 5.ª, concede ao 1.º OUTORGANTE, o direito de resolução do presente contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Evento Desportivo objeto deste contrato.
3. Caso as participações financeiras concedidas pelo 1.º OUTORGANTE não tenham sido aplicadas na competente realização do Evento Desportivo, o 2.º OUTORGANTE obriga-se a restituir ao 1.º OUTORGANTE os montantes não aplicados e já recebidos.

CLÁUSULA 7.ª

Tutela Inspetiva do Estado

1. Compete ao 1.º OUTORGANTE fiscalizar a execução do contrato-programa, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias, ou determinar a realização de uma auditoria por entidade externa.
2. As ações inspetivas designadas no número anterior podem ser tornadas extensíveis à execução dos contratos-programa celebrados pelo 2.º OUTORGANTE nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, designadamente através da realização de inspeções, inquéritos, sindicâncias ou auditoria por uma entidade externa, devendo aqueles contratos-programa conter cláusula expressa nesse sentido.

CLÁUSULA 8.ª

Defesa da integridade das competições, luta contra a dopagem, a corrupção e a viciação de resultados, combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo

O não cumprimento pelo 2.º OUTORGANTE do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre homens e mulheres, das determinações da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e do Conselho Nacional do Desporto, e de um modo geral, da legislação relativa à defesa da integridade das competições, e à luta contra a dopagem, a corrupção e a viciação de resultados, e ao combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo, implica a suspensão e, se necessário, o cancelamento das participações financeiras concedidas pelo 1.º OUTORGANTE.

CLÁUSULA 9.ª

Formação de treinadores

O não cumprimento pelo 2.º OUTORGANTE do regime de acesso e exercício da atividade de treinador de desporto estabelecido pela Lei n.º 40/2012, de 28 de agosto, alterada pela Lei n.º 106/2019, de 6 de junho, implica a suspensão e, se necessário, o cancelamento das participações financeiras concedidas pelo 1.º OUTORGANTE.

CLÁUSULA 10.ª

Revisão do contrato

O presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

CLÁUSULA 11.ª

Vigência do contrato

1. O presente contrato entra em vigor na data da sua publicação na página eletrónica do 1.º OUTORGANTE.
2. Sem prejuízo do cumprimento das obrigações estabelecidas na cláusula 5.ª, o contrato termina em 31 de dezembro de 2022.

3. Nos termos do n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, a comparticipação estabelecida no presente contrato-programa abrange a totalidade do programa desportivo a apoiar.

CLÁUSULA 12.ª
Disposições finais

- Nos termos do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, este contrato-programa é publicitado na página eletrónica do 1.ª OUTORGANTE.
- Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são submetidos a arbitragem nos termos da lei.
- Da decisão cabe recurso nos termos da lei.

O Presidente do
Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.
Vitor Pataco
Assinado de forma digital por
Vitor Pataco
Dados: 2022.11.16 22:17:07 Z
(Vitor Pataco)

A/O Presidente da/o
Federação de Motociclismo de Portugal

(Manuel José Teixeira Simões Antunes Marinheiro)

ANEXO I
AO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO
N.º CP/148/DDF/2022

QUADRO DE REVISÃO DO APOIO

Indicador	Valorização do apoio face aos indicadores
N.º de praticantes	≥ 250 de praticantes 2,5%
	[200, 250[de praticantes 2%
	[150, 200[de praticantes 1,5%
	[100, 150[de praticantes 1%
	[50, 100[de praticantes 0,5%
	[0, 50[de praticantes 0%
N.º de países	<u>Modalidades individuais:</u>
	≥ 24 de países 2,5%
	[10, 23] de países 1%
	[0, 9] de países 0%
	<u>Modalidades coletivas:</u>
	≥ 16 de países 2,5%
[8, 15] de países 1%	
[0, 7] de países 0%	
Participação de praticantes de alto nível	Participação de praticante medalhado em Jogos Olímpicos e/ou campeonatos do mundo de absolutos:
	Sim 2,5%
	Não 0%
ou	
	0,5%, até ao máximo de 2,5%, por cada praticante de alto nível – classificação até ao 8.º lugar, nos últimos 4 anos, em campeonato no mundo, da Europa, Jogos Olímpicos/Paralímpicos e Ranking Mundial
Participação feminina	Organização de provas femininas ou mistas:
	Sim 1%
	Não 0%



ANEXO II

AO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

N.º CP/148/DDF/2022

Programa de Organização de Eventos Desportivos Internacionais

Dados da Candidatura

Identificação

Entidade: FEDERAÇÃO DE MOTOCICLISMO DE PORTUGAL

Designação do Evento: Grande Prémio de Portugal MOTOGP

Modalidade: Motociclismo

Disciplinas
Velocidade

Data de Realização do Evento:

Data Início 22-04-2022

Data Final 24-04-2022

N.º Efetivo de dias de competição: 3

Local de Realização do EventoDistrito: FARO

Concelho: PORTIMÃO

Local/Instalação desportiva: Autódromo Internacional do Algarve

Data de apresentação da candidatura ao organismo internacional:

Data de aprovação da candidatura ao organismo internacional:

Entidade(s) Organizadora(s)

Entidade	Valor das despesas que constam do orçamento que são asseguradas pela entidade	% do Total
AIA Motor Clube	2 625 500,00 €	100,00%
Soma	2 625 500,00 €	100,00%

Parcerias concretizadas na organização

Entidade	Estatuto (Privada lucrativa, Associativa, Pública)	Principais atividades realizadas pelo parceiro
ATA - Associação de Turismo do Algarve	Pública	Turismo - Promoção do destino turístico Algarve
ATP - Associação de Turismo de Portimão	Pública	Turismo - Promoção do destino turístico Portimão
Parkalgar	Privada lucrativa	Apoio Logístico
Câmara Municipal de Portimão	Pública	Promoção
Federação de Motociclismo de Portugal	Pública	Apoio desportivo e técnico

Caracterização desportiva do evento

Âmbito: Campeonato do Mundo

Escalão Etário:

Absolutos: Sim

Juniores (escalão precedente ao absoluto): Não

Natureza do Evento: Etapa

O Evento disputa-se por: Outros **Outros:** Pilotos, equipas e marcas

Género: Misto

Integração do evento no calendário da respectiva Federação Internacional e pontuável para o ranking

O Evento integra-se no calendário da respetiva Federação Internacional? Sim

O Evento pontua para o ranking? Mundial

O Evento que apura para os Jogos Olímpicos/Paralímpicos? Não

Objetivos da candidatura e grau de desenvolvimento da modalidade em Portugal

Os objetivos da candidatura e do evento tendo em conta o grau de desenvolvimento da modalidade em Portugal:

O MotoGP é um dos principais eventos desportivos mundiais com mais de 400 milhões de espectadores e com uma cobertura televisiva que atinge mais de 49 mil horas. A organização deste evento assume, de per si, uma dimensão e importância significativas, posicionando Portugal na rota dos eventos desportivos de elevado prestígio. O motociclismo nacional está numa fase de crescimento e a realização de eventos desportivos é um contributo importante para: i) sustentar este crescimento pela maior divulgação da modalidade e com um eventual aumento de participantes e na sua motivação; ii) promoção de Portugal e do Algarve como importantes destinos turísticos com especial enfoque para o turismo desportivo.

As iniciativas ou projetos de promoção e desenvolvimento da modalidade em Portugal a realizar em articulação com a organização do evento:

O AIA Motor Clube e Parkalgar em coordenação com a Dorna (Promotor do WSBK) irão realizar ações de promoção do evento nas escolas da região do Algarve, por forma a sensibilizar jovens para a iniciação na modalidade, em paralelo com uma atitude socialmente responsável nas estradas. Divulgação, através dos diversos órgãos de informação, nomeadamente rádio e imprensa escrita. Divulgação no sítio www.autodromodoalgarve.com; Divulgação na página do AIA no Facebook e Instagram Conferências de imprensa.

Dimensão e nível competitivo do evento

Os valores da última edição e da edição em candidatura dos itens

	Última Edição	Edição em candidatura
N.º de países presentes	42	30
N.º de praticantes desportivos	85	80
N.º de equipas presentes (só para modalidades colectivas)	0	
N.º de praticantes ou equipas com classificações relevantes nos últimos Jogos Olímpicos)	2	0
N.º de praticantes ou equipas com classificações relevantes no último Camp. Mundo	30	30
N.º de praticantes ou equipas com classificações relevantes no último Camp. Europa	0	
N.º de profissionais envolvidos na organização do evento	1800	1800
N.º de voluntários envolvidos na organização do evento	500	500

5 praticantes/equipas mais relevantes participantes na competição	Último(s) resultado(s) relevante(s) dos praticantes/equipas indicados
Fabio Quatararo / Monster Energy Yamaha MotoGP	Campeão do Mundo MotoGP 2021
Francesco Bagnaia / Ducati Lenovo Team	Vice-campeão do Mundo MotoGP 2021
Joan Mir / Suzuki Ecstar	3º classificado no campeonato do Mundo MotoGP 2021
Jack Miller / Ducati Lenovo Team	4º classificado no campeonato do Mundo MotoGP 2021
Johan Zarco / Pramac Racing	5º classificado no campeonato do Mundo MotoGP 2021



Possibilidade de obtenção de classificações de honra por praticantes desportivos portugueses

Os resultados obtidos por praticantes desportivos portugueses na última edição do evento e a possibilidade de obtenção de classificações de honra no evento em candidatura

	Última Edição	Edição em candidatura (previsão)
N.º total de praticantes desportivos portugueses participantes	1	1
N.º total de praticantes desportivos portugueses classificados até 3.º Lugar	0	1
N.º total de praticantes desportivos portugueses classificados do 4.º ao 8.º Lugar	0	0

Impacto público previsível do evento, nos planos nacional e internacional

Televisão

Nome	N.º estimado de creditações	N.º estimado de horas de transmissão	Transmissão em Direto
RTP 1	5	2	Não
RTP 2	5	4	Não
Dorna TV	15	4	Sim
Sport TV	15	28	Sim
Eurosport	15	28	Sim
Sky Sport	15	28	Sim
BT Sport	15	28	Sim
Soma	85	122	

Rádio

Nome	N.º estimado de creditações	N.º estimado de horas de transmissão	Transmissão em Direto
RFM	5	2	Sim
Comercial	2	10	Não
Kiss	2	1	Não
Rádios Regionais	8	4	Não
Soma	17	17	



Imprensa

Nome	N.º estimado de creditações
Record	5
Sul	5
Autosport	10
Motojornal	3
Barlavento	5
Correio da Manhã	5
Media Internacional	150
Motociclismo	2
Soma	

Internet

Designação do sitio	Transmissão em Direto
motogp.com	Sim
algarvepromotion	Não
crash.net	Não
skysports.com	Não

Outros meios de comunicação a utilizar:

redes sociais, comunicados de imprensa, mupies, outdoors, cartazes e flyers

Audiência directa prevista (n.º de espectadores do evento)

	Por dia	Total
N.º aproximado de espectadores do evento	27500	82500

Informações sobre a política de entradas a adoptar: Pagas**Preço das Entradas**

De: 35

a: 250

Infra-estruturas desportivas, espaços naturais de prática e apetrechamento desportivo para o evento

O apetrechamento desportivo significativo necessário à realização do evento

Designação	Próxima Edição
Cronometragem	Existente
Comissários de pista	A adquirir
Direção de prova	A adquirir
Helicóptero	Alugar
Secretário de prova	A adquirir
Ambulâncias	A adquirir
Serviço limpeza	A adquirir
Segurança interna e externa	A adquirir
Médicos	A adquirir
Bombeiros	A adquirir
TV Production	A adquirir
Geradores electricos	Alugar
Combustível para os geradores	A adquirir
Recolha de resíduos	A adquirir
Troféus	A adquirir
Ecrans gigantes	Alugar
Paltaforma com grua	Alugar

Obrigações contratuais para com a Federação Internacional ou outras entidades

	Sim/Não
É da responsabilidade da Federação organizadora suportar os encargos com alojamentos e alimentação dos praticantes	Não
Está incluído no valor da inscrição dos participantes o valor do alojamento e alimentação	Não
O Evento tem Caderno de Encargos/Contrato com a Federação Internacional?	Não

Relativamente ao caderno de encargos do evento, refira de modo breve quais as obrigações contratuais mais relevantes e com maiores custos para a organização do evento:

Outras informações consideradas pertinentes e que ainda não tenham sido referidas nos pontos anteriores:

Custos mais relevantes com a organização do evento: - taxas das Federações (internacional e nacional) - "fee" do promotor; - promoção/divulgação e comunicação; - contratação de policiamento, meios de socorro e médicos; - helicóptero; - despesas com os voluntários; - equipas médicas; - seguro de responsabilidade da prova; - despesas com os voluntários e com os comissários; - limpeza interior e exterior; - promoção do evento; - segurança e prevenção (GNR, Segurança privada e Bombeiros).

Cronograma e escalonamento dos custos do programa de organização de Eventos Desportivos Internacionais

Mês	Ano	Gastos Previstos	%	Gastos Acumulados	% Acumulada
Fevereiro	2022	1 256 874,00 €	47,87 %	1 256 874,00 €	47,87 %
Março	2022	404 698,00 €	15,41 %	1 661 572,00 €	63,29 %
Abril	2022	963 928,00 €	36,71 %	2 625 500,00 €	100,00 %
Soma		2 625 500,00 €	100,00 %	5 543 946,00 €	

Gastos

SNC-ESNL	DESCRIÇÃO	ORÇAMENTADO
61	Custo merc. vendas e materiais consumidos	0,00 €
62	Fornecimento de serviços externos	598 500,00 €
63	Gastos com o pessoal	0,00 €
68	Outros gastos e perdas	2 027 000,00 €
69	Gastos e perdas de financiamento	0,00 €
Total Geral		2 625 500,00 €

Rendimentos

SNC-ESNL	DESCRIÇÃO	ORÇAMENTADO
71	Vendas	0,00 €
72	Prestações de serviços (Proveitos associativos)	721 550,00 €
75	Subsídios à exploração (Subsídios, doações e legados à exploração)	1 247 150,00 €
78	Outros rendimentos e ganhos	656 800,00 €
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00 €
Total Geral		2 625 500,00 €

	DESCRIÇÃO	VALOR	% TOTAL
1	Proveitos		
1.1	Rendimentos de natureza pública, subsídios de organismos da administração central, municípios e outros entes públicos	1 247 150,00 €	47,50%
1.2	Rendimentos de natureza privada, subsídios de entes privados e outros proveitos de pessoas colectivas e singulares privadas	1 378 350,00 €	52,50%
1.3	Rendimentos totais	2 625 500,00 €	100,00%
	Relação rendimentos públicos aos rendimentos totais		47,50%

Relação rendimentos públicos aos rendimentos totais

Comparticipação financeira do IPDJ, I. P. 997 150,00 €	Orçamento Global Previsto com a Ação 2 625 500,00 €
---	--

Relação do apoio do IPDJ face às despesas: 37,98%

Observações

Assinado por: **Manuel José Teixeira Simões
Antunes Marinho**
Num. de Identificação: 06974292
Data: 2022.08.30 18:09:33+01'00'



